

# atlas de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NÚMERO 5

## **PROBLEMAS BOLIVIANOS**

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Aspectos Geo-econômicos. 2 — O Problema das Guerrilhas. 3 — O Problema das Fronteiras. 4 — Problema Boliviano-Brasileiro ..... 2

## **A NICARÁGUA E SEU CANAL**

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Feições ístmicas. 2 — Condições Econômicas. 3 — Evolução Política. 4 — A Questão do Canal ..... 10

## **A DISPUTA DE GIBRALTAR**

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — A Importância de Gibraltar. 2 — A Geopolítica de Gibraltar. 3 — A Luta pela Posse de Gibraltar. 4 — Problemas Gerais ..... 16

## **“ZUID-WES AFRIKA”**

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Condições Geográficas. 2 — As Sociedades Indígenas. 3 — Perspectivas Econômicas. 4 — Histórico da Colonização ..... 21

CADERNO ESPECIAL  
DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA  
XXX — N.º 1

---

# PROBLEMAS BOLIVIANOS

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do CNG

## 1 — Aspectos Geo-Econômicos

A Bolívia divide-se em regiões distintas. No oeste localiza-se o *planalto*, uma das mais altas regiões do globo que é habitada; aí estão localizadas as principais cidades bolivianas, entre as quais — La Paz, Cochabamba, Oruro, Sucre e Potosí. A *Cordilheira dos Andes* divide-se em dois ramos — ocidental e oriental, em toda a extensão do território boliviano; com altitudes sempre acima de 4.500 metros, composta por vulcões em atividade ou extintos e picos, entre os quais o mais alto é o Ancohumá (6.919 m). Nesta zona de planalto, cercada por cordilheiras, está toda a *riqueza mineral* da Bolívia.

O *ouro* se encontra de um modo geral confinado aos Andes Setentrionais e a *prata*, na sua parte central que abrange o Peru e a Bolívia. A *prata* encontra-se associada a outros metais; assim, no Peru ela é encontrada juntamente com o cobre e chumbo e, na Bolívia, com o *estanho*. Embora seja grande a riqueza das minas estaníferas bolivianas, o trabalho sai mais oneroso aí se o compararmos aos demais centros andinos. Vários fatores para isso concorrem: a *altitude* onde se localizam os filões varia na Bolívia entre 4.200 e 4.900 metros; o *transporte* difícil e oneroso, não só pela aspereza do relevo local, como também por sua distância em relação ao mar; a *falta de combustíveis* e o pouco aproveitamento da energia hidrelétrica; a *difficuldade da mão-de-obra*, não somente porque a região agricolamente improdutiva só pode sustentar a população nativa, como esta também é a única habituada ao trabalho em zonas tão elevadas.

Enquanto os principais depósitos de estanho se encontram nos departamentos de La Paz, Oruro e Potosí, o cobre é explorado em Corocoro, na ferrovia La Paz-Arica, onde o mineral se alinha em formações dioríticas cruzando a meseta longitudinalmente. Já o principal centro de *bismuto* é Chorolque, onde uma montanha que atinge 6.100 metros de altitude contém minas de estanho no cume e jazidas de *prata*, *tungstênio* e *bismuto* nos níveis mais baixos.

Nas encostas orientais da Cordilheira dos Andes estão as *Yungas e vales*, zona semi-tropical, cuja fertilidade valeu-lhe o título de "*celeiro da Bolívia*"; abrange em sua variedade os departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando. Santa Cruz, principal cidade das planícies, destaca-se por possuir, além da agricultura e salinas, também as *jazidas de petróleo* do país. As planícies da Bolívia Oriental, que continuam através de Mato Grosso, servem para a criação de gado.

Os minerais constituem o principal produto de exportação da Bolívia mas, em compensação, o país é obrigado a importar quase tudo, inclusive manufaturas, gêneros alimentícios e matérias-primas. A *agricultura ocupa lugar secundário*, quer pela impropriedade das terras nas regiões altas, como pela falta de transportes nas zonas mais baixas e propícias.

Embora mal servida em ferrovias que se concentram quase todas a servir às cidades do planalto, a Bolívia constitui-se paradoxalmente no *centro de distribuição do movimento ferroviário sul-americano*, com seus 3.580 km de extensão (1961). Suas linhas principais são internacionais. La Paz está

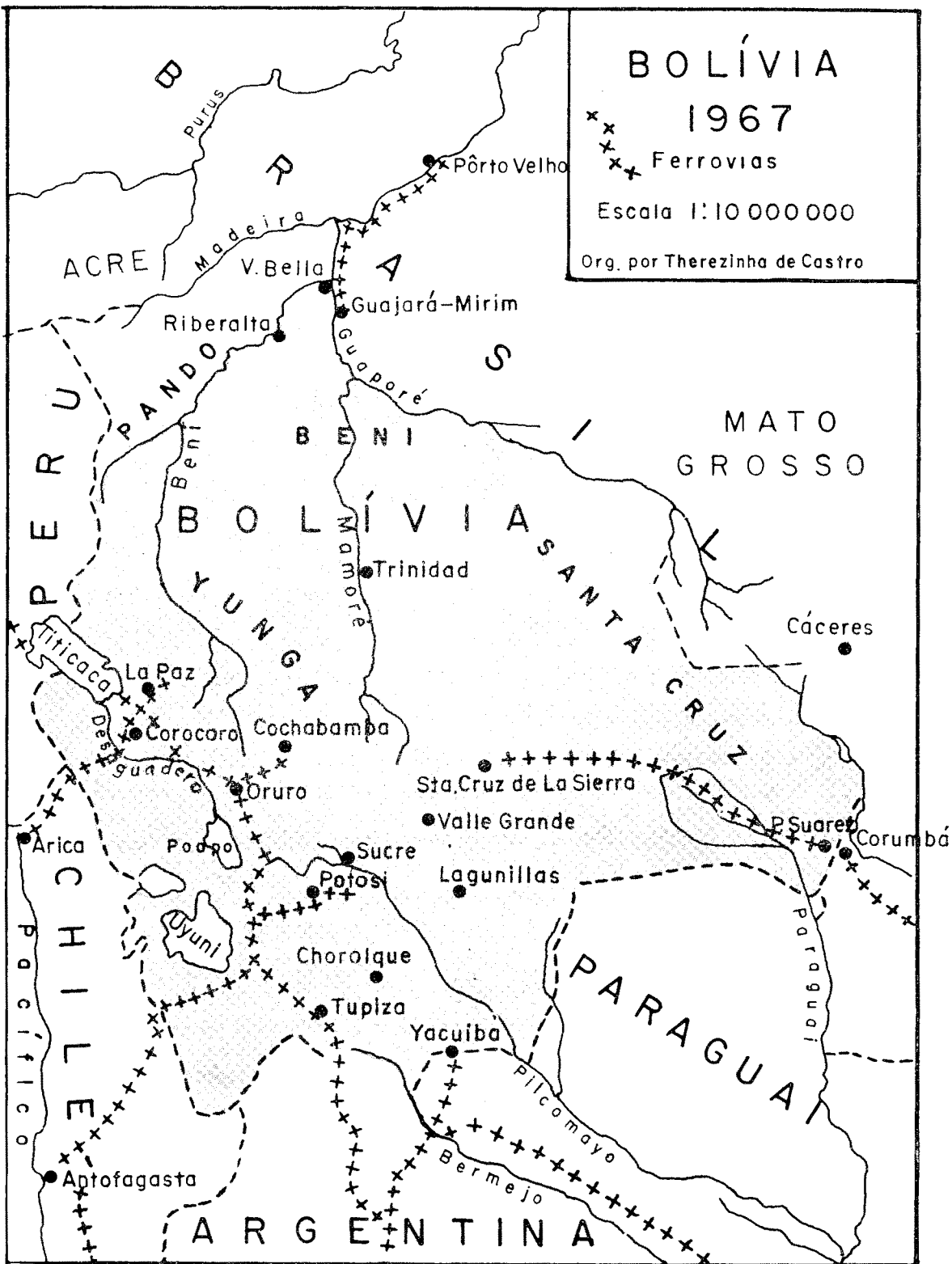
# BOLÍVIA

1967

×××××  
××××× Ferrovias

Escala 1:10 000 000

Org. por Therezinha de Castro



ligada ao pórtio de Antofagasta e ao de Arica; uma prolongação da mesma linha Antofagasta-La Paz, desviando-se para o sul, dirige-se para a Argentina, atingindo Buenos Aires, através da rede deste último país. Ao Brasil, a Bolívia está ligada através da ferrovia Corumbá-Santa Cruz.

As *rodovias* (16.300 km) servem mais para ligar a Bolívia ao Peru, já que para o leste e oeste as numerosas pontes a serem construídas, pela presença dos Andes Orientais e Ocidentais, as tornariam muito onerosas.

As *bacias fluviais* bolivianas que oferecem 19.312 km navegáveis, se agrupam em três vertentes: a interior, do Lago Titicaca ligado ao Poopo pelo Desaguadero; a pertencente ao Prata, representada pelos cursos superiores do Paraguai, Pilcomayo e Bermejo; e a do Amazonas, integrada pelos rios Madeira, Madre de Dios, Mamoré. Neste último setor, convém ressaltar a *estrada de ferro Madeira-Mamoré*, construída pelo que foi estipulado no tratado de 1903, dando à Bolívia acesso aos rios Madeira e Amazonas.

A Bolívia é um país com 1.098 km<sup>2</sup>, portanto, pouco menor que o nosso estado de Mato Grosso. Sua população de 3.714.200 habitantes (censo de 1965) apresenta-se com 80% na *região andina* que, na realidade, constitui-se no centro populacional e econômico do país. Inúmeros são os problemas enfrentados por este país sul-americano, dentre os quais salientaremos os principais.

## 2 — O Problema das Guerrilhas

O problema das guerrilhas tem sido contornado na maioria dos países da América Latina. A Bolívia, no entanto, tem nas guerrilhas um processo crônico que ainda não conseguiu superar.

A Bolívia é um dos países da América Latina onde sempre foi marcante a *instabilidade política*; justamente este fator é um dos mais aproveitados pela *infiltração comunista*. Tal insta-

bilidade tem-se processado principalmente após a 2.º Grande Guerra, época escolhida pelos comunistas para estender seu campo de ação à América Latina.

Os modernos movimentos revolucionários bolivianos apresentaram-se com o caráter de sublevação das massas, objetivando uma *reorganização da sociedade* e redistribuição das riquezas.

Durante a 2.º Guerra Mundial, um golpe militar levava ao poder o então major *Gualberto Villaroel*, membro do *Movimento Nacional Revolucionário* (MNR), cujas tendências eram nitidamente anti-estadunidenses. Em 1946 um movimento direitista, denominado “La Rosca”, entregou o poder ao presidente da Côrte Suprema, *Tomás Monje Gutiérrez*, ao qual sucederam uma série de militares que não conseguiram resolver os problemas econômicos do país.

País *exportador do estanho*, que representava 70% das divisas nacionais, atravessava a Bolívia uma difícil situação em virtude da *concorrência do produto malaio e indonésio*. A população boliviana, que contava apenas com 1% das terras agrícolas cultivadas, necessitava dessas rendas do comércio exterior, a fim de importar gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade. Assim sendo, a pobreza se agravava dia a dia, por efeito de uma inflação que elevava os preços dos gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade a um nível 10 vezes maior que o anterior à guerra. Na esperança de dias melhores, os bolivianos elegeram em 1951 *Vitor Paz Estensoro* que, embora obtendo a maioria dos votos, não conseguira a maioria necessária para ser considerado eleito. Por isso, *Urriolagoitia*, então chefe do executivo, renunciou em favor de uma Junta Militar presidida pelo *General Ballivian Rojas*, que anulou as eleições. Embora a junta tivesse prometido convocar novo pleito, uma revolução que durou três dias levou ao poder Paz Estensoro, como presidente constitucional, à frente do MNR. A força política

dêste partido provinha da *classe trabalhista* e, em especial, dos mineiros e camponeses; foi o partido popular com mais eco na Bolívia.

O programa de Paz Estensoro seguia uma marcante trajetória de esquerda, lançando-se à *supressão da discriminação racial contra os índios* que compunham 80% da população; para que se formasse uma comunidade nacional mais homogênea foi posta em prática a *nacionalização das minas* (outubro de 1952) em poder de uma oligarquia de 3 famílias (Aramayo, Patiño e Hochschild), que contribuíam para as desigualdades sociais. A *reforma agrária* não fugiu às cogitações do MNR; graças à pressão dos índios *quíchuas*, reduzidos a simples peões nos latifúndios dos vales de Cochabamba, o governo assinou o *decreto-lei de 1953* redistribuindo essas terras; com o auxílio da ONU transferiu do planalto para a área de planícies florestais parte da população mineira a fim de se dedicar à agricultura. “Essas e outras práticas niveladoras, adotadas pelo governo revolucionário desde 1952, resultaram na expatriação voluntária de muitos bolivianos e provocaram a escassez de pessoal profissional e administrativo, acentuando a tendência para a sociedade de uma só classe — uma sociedade em que o “status” deve ser conquistado e não herdado” (Latin America — an interpretative history — Donald M. Dozer).

No entanto, o MNR continuou no poder com a eleição de *Hernán Siles Suazo*, que havia sido vice-presidente no governo anterior. De fato, o MNR ganhara o entusiasmo do povo mas expusera a economia do país a um boicote internacional que ia aos poucos destruindo-a. Assim, quando Paz Estensoro era novamente eleito em 1960 para novo período governamental, pegava o país com um *custo de vida* que se havia elevado a 3.470 tomando-se por base o valor de 100 no ano de 1953; uma comparação pode ser feita com o Brasil, cuja elevação fôra de 567.

Desde que o MNR chegara ao poder, a economia boliviana passara a ser

em grande parte sustentada pelos *Estados Unidos, fornecendo cerca de 30% das receitas do governo* e oferecendo em 1961 uma ajuda adicional de 10 milhões de dólares para o desenvolvimento da indústria mineira do país. No entanto, afirma o General Ovando Cardia: “Os ideais da revolução de 1952 se viram frustrados, o MNR desviou-se de sua rota original e acabou fracassando-se. Operários, camponeses e mineiros, bem como um grande setor da classe média abandonaram o partido” (The Economist — 25-3-67). Justamente a *desvinculação do MNR* com a massa de trabalhadores iria favorecer o movimento político-militar de 4 de novembro de 1964. O golpe coincidiu com a desintegração do MNR, subindo ao poder o *General René Barrientos* com a FR (Frente Revolucionária), grupo composto pelos pequenos partidos bolivianos.

O golpe de 1964 fôra no entanto planejado pela *Falange Socialista Boliviana* (FSE) e chefes do exército, entre os quais Barrientos e o ex-vice-presidente e homem de confiança de Paz Estensoro — General Alfredo Ovando Cardia. Ambos trataram de pôr em prática um programa apoiando-se no FSB, *partido da extrema direita*, com certo prestígio nas forças armadas e alguns setores da opinião pública. No entanto, com a *intervenção do FMI* (Fundo Monetário Internacional) ficou patenteado não haver possibilidade de pôr em marcha os planos desenvolvimentistas, sem *reduzir os salários dos mineiros estaníferos em 50%*; só assim seria possível a comercialização do minério e levar a Bolívia a concorrer com os países produtores no Oriente.

Protestando contra seus salários, os mineiros que haviam auxiliado a Estensoro e depois a Barrientos subiram ao poder, passaram a ouvir a *pregação de Juan Lechin*, esquerdista argentino naturalizado boliviano. Transformando seu protesto num movimento político contra Barrientos, iniciou a revolta de maio de 1965, levada a efeito pelos mineiros de Catavi, Huamuni,

Kami, Mulluni e Colquiri. Vencido o movimento, os dirigentes da *Federação Sindical Mineira da Bolívia* (FSMB), foram perseguidos, daí seu secretário executivo, Juan Lechin, ter fugido para as selvas bolivianas.

Iniciam-se as *guerrilhas contra o atual governo*. Esses guerrilheiros, que o governo afirmava serem dirigidos por *Lechin e Che Guevara*, escolheram as selvas tropicais bolivianas para instalarem o comando do “Exército de Libertação Nacional”. Contam com o apoio de alguns movimentos esquerdistas e elementos que se afastaram do governo Barrientos. Agem nas proximidades das minas ou dos povoados e campos agrícolas; a região de ação fica especialmente entre *Valle Grande e bagunillas*; usam armas tchecas e russas recebidas em aeroportos clandestinos nas proximidades de Sucre e Valle Grande, graças ao apoio dos camponeses convertidos ao movimento.

Quem na realidade alimenta as guerrilhas na Bolívia?

Sabe-se que desde 1964 o Partido Comunista Boliviano cindiu-se: um grupo aderiu à tática chinesa, o outro preferiu ficar com a Rússia. O governo boliviano acredita que a ação tenha partido de *Cuba*. Por isso, o General Barrientos, que se havia manifestado contrário à idéia da formação da Força Interamericana de Paz para combater o comunismo no continente, mudou de idéia. Sabe-se que a Bolívia proporá uma ação militar contra Cuba na Conferência de Consulta que a OEA (Organização dos Estados Americanos) convocou, a pedido da Venezuela. Barrientos fundamenta *a necessidade de uma firme posição contra Cuba* da seguinte maneira: “Castro vem realizando uma política de parca intervenção na política interna de nossos países; ora, se ele intervém no nosso, porque não vamos nós também intervir contra o agressor?” (The Economist — 8-9-67).

A Bolívia vê sua economia se desgastar com a ação das guerrilhas castro-comunistas. Os projetos de desen-

volvimento do chamado *Plano de Ação Cívica das Forças Armadas* estão parados; os 7 milhões de dólares do empréstimo feito recentemente pelo governo (1967) foram absorvidos pelo Ministério da Defesa com apenas 3 meses de luta guerrilheira. O clima de insegurança obrigou o governo a interromper a construção de uma ferrovia entre Valle Grande e Camiri, projeto que contava com o capital nacional e estadunidense a fim de ligar La Paz à região petrolífera boliviana. As lutas, por sua vez, interromperam as comunicações terrestres entre os centros populacionais e a região criadora do país; disto resultou um aproveitamento maior do transporte aéreo para o abastecimento das cidades com o conseqüente aumento do preço da carne e gêneros de primeira necessidade.

A *intervenção estrangeira nas guerrilhas bolivianas* tornou-se patente com a prisão do francês *Regis Debray* (1967), autor de “A Revolução na Revolução”, e elemento ligado a Fidel Castro. Segundo Jean Laterguy, correspondente do “Paris Match” em La Paz, esse revolucionário marxista adquiriu mapas e fotografias aéreas, no Instituto Geográfico Boliviano, das áreas onde os guerrilheiros estão em franca atividade. Pouco depois Che Guevara era morto em guerrilha, no território boliviano (outubro de 1967).

Em julho de 1967 *reuniu-se a OLAS* (Organização Latino-Americana de Solidariedade) e sua finalidade foi a *cubanização da América*; ficou então determinado que o meio mais eficiente seria ainda o das guerrilhas. Esta reunião deveu-se em parte à discórdia reinante no seio comunista quanto aos meios para serem atingidos os fins. Para *os comunistas ortodoxos*, o desenvolvimento econômico e as igualdades sociais que vêm sendo postas em prática pelos países americanos, inclusive pela Bolívia, desaconselham a política guerrilheira. Por isso Cuba desentendeu-se com a Rússia quanto aos métodos de conquista ideológica; na própria Venezuela, porta de entrada das

guerrilhas na América do Sul, as divergências também se fizeram sentir.

Cuba irrita-se com a Rússia pelos empréstimos que esta faz ao Brasil, Chile e Uruguai e por estar tentando se aproximar pelo mesmo caminho da Bolívia e Venezuela. Na Venezuela os comunistas se dividiram: em Oposição a FALN (Fôrças Armadas da Libertação Nacional) pró-Cuba e guerrilheira surgiu a FLN (Frente de Libertação Nacional) favorável à coexistência pacífica mas ligada portanto ao ideal russo. Na Bolívia, onde parece haver apenas a direção cubana, o movimento guerrilheiro tem permanecido coeso.

Apesar de Fidel Castro ter dado na reunião da OLAS a vitória às idéias da chamada "*linha chinesa*", mentora das guerrilhas, e ter proclamado sua independência sob o lema de que "a revolução cubana é cubana e não se subordinará a nenhum interesse que não seja o cubano", mostra-se ainda muito dependente da Rússia, seu maior consumidor de açúcar e também supridor de equipamentos e armas. Apesar de divergir dos métodos cubanos, a Rússia não pode abandonar Cuba, já que esta, de um modo ou de outro, é *a cabeça de ponte para o comunismo na América*.

Assim, os movimentos de guerrilhas se fazem sentir na Venezuela, Colômbia, Peru, Guatemala, S. Domingos, Brasil (Guerrilhas de Caparaó — 1967) e na própria Bolívia. Diante desta situação, os Estados Unidos, que não conseguiram através da OEA formar uma Fôrça Interamericana de Paz permanente, resolveram encarar o problema fornecendo *mais armas para a América Latina*. A esta nova política, Mac Namara, secretário de defesa dos Estados Unidos, deu a interpretação de "*ajuda contra a insurreição*".

Tal política era já de há muito necessária, visto que *a América Latina é das regiões mais desmilitarizadas do mundo*; gasta no seu conjunto menos de 2 bilhões de dólares com as fôrças armadas. A revista especializada "Exércitos no Mundo", citada pelo BC

Semanal n.º 280, afirma que *Cuba possui o maior exército da América Latina*, tendo recebido cerca de 200 milhões de dólares de financiamento só para a aquisição de armas, por parte dos países socialistas. Por outro lado, embora se acuse os Estados Unidos de fomentar a corrida armamentista na América Latina, o Brasil, que recebeu a maior parte desta ajuda militar, obteve apenas 53 milhões de dólares nos anos de 1966-67; seguiram-lhe a Venezuela com 48 milhões e a Argentina com 21 milhões.

### 3 — O Problema das Fronteiras

Quando um país ocupa *uma posição central*, envolve antecipadamente seus vizinhos. Ora, limitando-se com todos os países da América do Sul (com exceção do Chile e Equador), o Brasil ocupa uma posição central no continente. O *restabelecimento da ordem no vizinho território boliviano* é de suma importância para nós, mormente se levarmos em consideração as conclusões a que chegou o Cel. Paula Cidade no seu livro "Notas de Geografia Militar Sul-Americana". Afirma o citado autor que, dentro da bacia Amazônica, onde começa *nossa fronteira com a Bolívia*, os afluentes dêste rio "acham-se orientados, de um modo geral, transversalmente às linhas de invasão de um país para o outro". Procurando impedir, no passado, que no coração dessas terras um sindicato anglo-estadunidense se instalasse por concessão da Bolívia, Rio Branco ressuscitou a *questão do Acre*, que o tratado de 1867 aceito pelo Brasil nos privara; êste território habitado por brasileiros havia sido atribuído à Bolívia, já que havíamos relegado a segundo plano o princípio do "*uti possidetis*". O tratado de Petrópolis de 1903 corrigiu os dois erros: primeiro afastando o sindicato estrangeiro dessas terras, e depois integrando, com os milhares de brasileiros que o povoavam, em nosso território.

A perda do Acre não havia impôto à Bolívia a posição central que hoje ocupa; assim, *a sua saída para o mar*

não devia ser procurada no leste, pois os caminhos do Atlântico já estavam em poder de outros povos. No século XVII, os diplomatas imbuídos pelas idéias mercantilistas, diz Vicens Vives (Tratado General de Geopolítica) “começaram a compreender o alto valor econômico e político que para os Estados representava uma boa saída para o Oceano Universal, mar livre ou para qualquer costa marítima melhor ou pior articulada”. Ora, a Bolívia constituiu na América o exemplo de um país que tende para o mar; não possuindo litoral próprio nem um amplo caminho fluvial para o oceano, seus conflitos com o Paraguai e Chile explicam-lhe a tendência.

A região de Arica e o pôrto de Antofagasta faziam parte integrante da Bolívia, embora pelo tratado de 1871 fôsse utilizada pelos chilenos para a exportação do nitrato. Quando em 1878 o governo boliviano resolveu cobrar uma taxa de 10 centavos para cada 100 libras do produto exportado, os concessionários não só se recusaram a pagá-la, como também apelaram para o governo chileno. A imediata intervenção dêste se fez com a ocupação do pôrto de Antofagasta (1879), que causou a guerra do Pacífico. A contenda terminou com a vitória dos chilenos, que conservaram em seu poder a província litorânea da Bolívia. As esperanças bolivianas se desvaneceram quando o governo foi obrigado a assinar o tratado de 1904; perdia a Bolívia o seu litoral, embora o Chile se comprometesse a construir uma ferrovia entre La Paz e Arica concedendo também facilidades portuárias aos produtos bolivianos. A ferrovia foi construída em 1912 mas não resolveu o problema do escoamento boliviano, tanto assim que a Bolívia pretendeu que a Liga das Nações revisse o Tratado em 1921.

Na Conferência de Cúpula da OEA, reunida em fevereiro de 1957, o governo boliviano não conseguiu incluir na agenda das discussões o caso de Arica. Procurou então em seguida um enten-

dimento com o chanceler chileno Gabriel Valdez, que se recusou a estudar o assunto bilateralmente.

Assim sendo, a Bolívia passou a arquitetar sôzinha um meio de conseguir um pôrto marítimo. A situação, no momento, está-se prendendo ao Acôrdio Sub-Regional Andino que a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) quer pôr em prática como um dos passos regionais para se atingir o comércio geral. O Acôrdio permitirâ ao Chile, Peru (que ainda mantém certas reservas), Equador, Colômbia e Venezuela de caminharem juntos e mais rápido para a integração econômica. A Bolívia é também um país andino e, como tal, está também sendo convidada para subscrever o Acôrdio; o fato de a Bolívia não ter relações diplomáticas com o Chile não impedirá que ambos entrem no mesmo plano de integração econômica. Por outro lado, a participação da Bolívia é de suma importância por possuir parte da rodovia marginal da selva, pela vinculação ferroviária com os demais países do pacto e possuir justamente com o Peru as águas do lago Titicaca. O aproveitamento das águas dêste lago serviria para integrar economicamente através da irrigação; o Chile seria um dêsses beneficiados, principalmente em sua zona setentrional. Êste é justamente o trunfo com o qual a Bolívia conta para resolver o problema de sua saída para o mar.

Com o Paraguai, a Bolívia, disputando a região de Chaco, envolveu-se em outra guerra mais recente (1932-1935). Pelo acôrdio de limites assinado em 1938, os bolivianos conseguiram, não sômente o acesso ao rio Paraguai como também conservar a quarta parte do território disputado, incluindo a região petrolífera.

#### 4 — Problema Boliviano-Brasileiro

Embora tenhamos visto que a área do planalto boliviano seja a mais densamente povoada e se apresente como a área econômica por excelência devido à presença das riquezas minerais,



a parte oriental deste país é a zona de maior futuro. Dispõe essa última área de 60% das terras bolivianas ocupadas pelos departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando, terras de valor agrícola e ocupadas pela faixa petrolífera. Por este motivo, em 1919, o governo Gutiérrez Guerra propunha ao Brasil que modificasse o artigo VII do tratado de Petrópolis; aplicasse o governo brasileiro a soma estipulada no tratado na construção da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz, em vez de empregá-los no setor norte.

Vencida a primeira etapa, a da ligação ferroviária, era criada em 1940 uma Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos do Petróleo, que traçou os planos para a exploração do ouro negro da Bolívia. As fases de negociações preliminares, enfileiradas na Ata de Roboré, foram concretizadas nos Atos Internacionais assinados em La Paz (29 de março de 1958) incluindo:

a) Dois Convênios de Comércio e Cooperação Econômica e Técnica que visam a integrar economicamente os departamentos bolivianos de Santa Cruz, Beni e Pando à área limítrofe do Brasil.

b) Três Convênios de Tráfego e Trânsito livre tanto terrestre como fluvial.

c) Quatro Convênios para estabelecimento de portos francos brasileiros de Corumbá, Pôrto Velho, Belém e Santos; o regime livre nestas regiões entrega a fiscalização às autoridades brasileiras, cabendo às bolivianas a responsabilidade e o controle.

Entre as notas reversais que completam esses Atos, destacam-se as que visam à criação de uma filial do Banco

do Brasil em La Paz e a de n.º 6, que se refere ao petróleo.

O aproveitamento do petróleo boliviano foi determinado do seguinte modo:

a) A zona petrolífera ficava dividida em duas partes — a Zona A reservada aos Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, representando 60% da superfície total; a Zona B destinada a empresas privadas de capitais brasileiros, porém sujeitas ao Código de Petróleo da Bolívia e às leis bolivianas.

b) A Bolívia vende e o Brasil compra, a preços do mercado internacional, todo o gás produzido na Zona B pelas empresas brasileiras. A produção brasileira será destinada exclusivamente ao consumo brasileiro até o limite de 100.000 barris diários; os excedentes desta quota poderão ser comercializados em outros mercados.

c) Quando a produção e reservas das Zonas A e B forem suficientes, cogitarão o Brasil e Bolívia da construção de oleodutos.

Enfim, conclui Delgado de Carvalho (História Diplomática do Brasil) que o desenvolvimento dessas terras do oeste boliviano irão alterar profundamente o sentido da economia do país; se a vida do boliviano hoje gira no eixo norte-sul acompanhando exclusivamente o planalto, com essa aproximação do Brasil poderá num futuro próximo se desviar para um rumo leste-oeste. Assim, esses extensos territórios bolivianos estarão integrados ao todo econômico do continente e projetará continentalmente o Brasil através da transcontinental Santos-Arica.

# A NICARÁGUA E SEU CANAL

DELGADO DE CARVALHO

## 1 — Feições Ístmicas

Quando, em 1846, na sua prisão, em Ham, o engenheiro militar Luís Napoleão estudava e planejava um canal entre o Atlântico e o Pacífico através da Nicarágua, sonhava com a formação (à custa das colônias espanholas emancipadas, mas, caóticas) de um império latino destinado a enfrentar a expansão dos Estados Unidos. Feito imperador dos franceses, êsse engenheiro militar teve a imprudência de emprender uma guerra para colocar no México um príncipe austriaco. “O Sonho da América Central se tornara sonho do México”, diz Pierre de la Garce (Histoire du Second Empire — tomo IV).

Na realidade, a *América Central* se revelou uma região geográfica predeterminada a concentrar “Geopolíticas” de vários Estados em expansão.

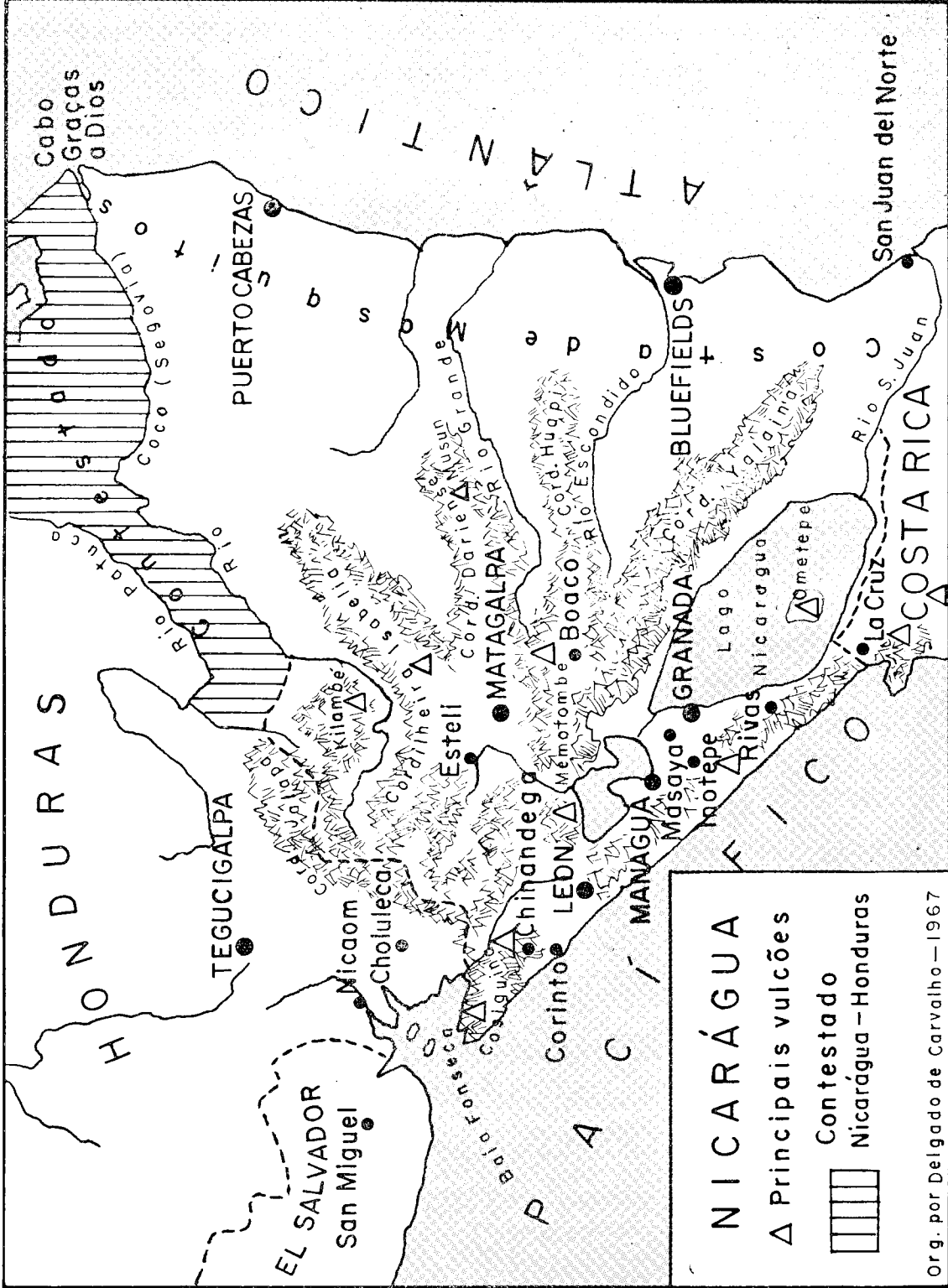
Pela sua situação tropical no continente, êste vastíssimo istmo e suas grinaldas insulares, ligações orográficas dos dois hemisférios americanos, se prestava à ocupação inicial de conquistadores que se vieram expandir para o Norte e para o Sul. Foi, de fato, em *ambas as direções* que se processou a conquista espanhola, para o México de um lado e do outro para o Colômbia.

Êste lance inicial de geopolítica ibérica foi sucedido, mais tarde, por outros quando os interesse das Potências colonizadoras as levaram a cogitar da *ligação direta* entre o Atlântico e o Pacífico. Já a necessidade de semelhante ligação havia sido sentida quando Francisco Pizarro alcançou o Império dos Incas. Só mesmo na segunda parte do século XIX tornou-se premente a solução do problema, finalmente

resolvido no início do século XX, mas não segundo a fórmula de Luis Napoleão.

O que torna a Nicarágua, entre as repúblicas da América Central, o centro de maior interesse internacional é a sua topografia e a sua localização no istmo. Situado entre os dois Oceanos, o seu território tem a superfície do nosso Amapá; é caracterizado pelos seus numerosos *vulcões*, ativos e extintos, que amoldaram a sua estrutura: o Coseguina, o Momolombo, o Omotipe, o San Cristobal são os mais conhecidos, medem mil e tantos metros. Tôda a parte ocidental do país, isto é, a mais importante, é um legado das atividades vulcânicas. Em longa fila SE-NO, ergueram estas atividades uma lombada montanhosa que fechou a *primitiva baía de Nicarágua*, encerrando as suas águas marítimas represadas nos *lagos*, hoje de água doce, da Nicarágua e de Manágua. A baía Fonseca é forma costeira destinada ao mesmo processo morfológico de encerramento das águas do mar.

A *costa do Pacífico*, paralela ao relevo vulcânico, mede 360 km; é quase retilínea, mas forma no norte a pequena baía abrigada do pôrto de *Corinto*. A *costa do Atlântico* é mais extensa e plana, com várias lagoas e deltas fluviais: é a *Costa de Mosquitos*, atravessada pelos numerosos rios oriundos das cordilheiras (Izabel, Dariense, Huapi, Yolaina). Alguns rios como *Rio San Juan* (550 km) e o *rio Segovia ou Côco* (790 km) são navegáveis. A feição mais característica do país é apresentada pelos seus lagos: o *lago Nicarágua*, “Mar Dulce” dos conquistadores e o *lago Manágua*; o primeiro cobre mais de 7.000 km<sup>2</sup>, o segundo,



Org. por Delgado de Carvalho - 1967  
DCL/SPI

cêrca de 2.000 km<sup>2</sup>; as profundidades chegam a 60 metros. Os *climas* desta região intertropical variam segundo as altitudes sob a denominação de *tierra caliente, tierra templada e tierra fria*, sendo esta última formada pelas terras mais elevadas do interior. A maioria da população se localiza nas terras “calientes”. As *chuvas* são freqüentes e bem distribuídas; na parte ocidental há uma estação chuvosa e uma estação sêca de dezembro a abril. Um dos principais recursos naturais da Nicarágua é a sua grande *riqueza florestal*, principalmente na vertente atlântica onde predomina a selva tropical. As *matas* cobrem 43% da superfície do país. As zonas mais elevadas oferecem *pastagens* e espécies vegetais de origem européia. A criação da Nicarágua é a mais desenvolvida da América Central.

## 2 — Condições Econômicas

Estas condições físicas permitem dividir o país nicaraguêense em três regiões principais: as *baixadas ocidentais*, os *planaltos e serras*, e a vertente oriental com a *costa de Mosquitos*. Na primeira destas regiões, entre o litoral e os lagos vive a maior parte da população. A capital, *Manágua*, conta cêrca de 300 mil habitantes, Leon 62.000 e Granada 40.000; ao pé das cordilheiras orientais, *Matagalpa* já ultrapassou os 60 mil. A população é em maior parte mestiça, mas há muitos espanhóis de etnia pura. Na vertente oriental, é mais escasso o povoamento e, entre as chamadas *costeños*, predomina a mestiçagem de índios com negros, lá importados da Jamaica no século XVIII e também com espanhóis e mesmo com inglês. Nas estatísticas, constam 68% de mestiços, 15% de brancos, 9% de negros e 5% de índios.

Na região ocidental nos vales e nas planícies onduladas prevalece a agricultura tradicional, destacando-se com cêrca de 50% das áreas cultivadas o *milho*, principal fator na alimentação popular como *feijão e arroz*. As culturas de *algodão* e de *cana* apresen-

tam fortes quotas de exportação, cabendo a primazia ao algodão (58 milhões de dólares em 1964). O *cacau* foi um recurso do passado que uma praga vegetal destruiu e cuja cultura emigrou para Costa Rica. O *fumo* é também cultivado na região.

Na zona dos planaltos destacam-se dois elementos: o *café*, que lutou pela primazia nas exportações durante muito tempo (21 milhões de dólares em 1964) e o *ouro*, descoberto no fim do século passado nas minas de La Luz, a 90 milhas de Puerto Cabezas.

A vasta região oriental destina-se à *indústria florestal* exportando cedro, mogno, pau-rosa e ipecacuanha.

De 1961 para cá, o desenvolvimento econômico da Nicarágua tem recebido fortes impulsos em tôdas as direções: o *Instituto del Café* e o *Instituto del Fomento Nacional* cuidaram de melhorar a produção da agricultura. O petróleo teve a sua exploração iniciada em 1965. Onze *estações hidrelétricas* trabalharam e o plano de aproveitamento do *Río Tuma* veio abastecer todo o ocidente-norte (1965). O comércio exterior tem apresentado constante progresso: já em 1964 o valor das exportações dobrava o que tinha sido em 1960, embora sempre ultrapassado pelas importações. A entrada de Nicarágua no Acôrdio de Manágua, em 1960, para fazer parte da ODECA (Organização dos Estados da América Central) contribuiu para o desenvolvimento comercial do país com seus vizinhos. Com uma população de 1.600 mil habitantes a existência de grandes possibilidade demográfica de 11 hab. por km<sup>2</sup>, isto é, igual à do Brasil, o que significa a existêncica de grandes possibilidades.

## 3 — Evolução Política

Apesar dos contrastes entre “cos-teños” e “españoles”, a República não deixa de apresentar uma certa unidade nacional. Mas o grupo populacional mais importante é o da vertente ocidental onde se concentrou tôda a vida

política desde que o país se tornou independente. Oposição mais viva do que entre Oeste e Leste surgiu cedo entre os dois centros de *Leon* e de *Granada* que se tinham unido para conquistar a liberdade política. Leon, capital da província nos tempos coloniais, se tinha tornado o centro cultural do país e praça forte do liberalismo dos pequenos proprietários, dos funcionários e dos intelectuais das carreiras liberais. Granada, por sua vez, era o centro dos Conservadores, dos mercadores prósperos, dos latifundiários de tradições aristocráticas. “Quando os partidos políticos ocupam geograficamente áreas distintas, diz o professor Preston James, a situação torna os conflitos internos mais difíceis de evitar”. É o que se tem dado na oposição constante entre Leon e Granada, aspecto característico da história nicaragüense.

Deixando de lado o que de política representaram a exploração, a conquista e a colonização da América Central, (com a fundação das duas cidades de Leon e de Granada, em 1523, por Francisco Fernandes Córdoba), pode-se dizer que a história da Nicarágua só começou quando a região se libertou da *Federação das Províncias Unidas da América Central* em 1838. Um longo período de guerras civis deu raramente ao povo o ensejo de gozar da liberdade conquistada. Tanto mais difícil foi a vida política na primeira parte do século XIX quanto as intervenções estrangeiras mais contribuíram a dificultá-la.

Várias Constituições (1848, 54, 58 e 93) sucederam à Magna Carta que, em 1838, havia sido votada. Depois de uma fase de conflitos internos durante os quais um acôrdo foi finalmente obtido entre Leon e Granada com a fixação em Manágua da nova capital da República, estabeleceu-se uma política, um govêrno conservador. Nada menos de nove presidências se sucederam, regularmente, tôdas de quatro anos, depois do decênio de Tomas Martinez (1857-1867).

Quando o govêrno de Roberto Sacasa, representante da minoria conser-

vadora de Leon, entrou em conflito com os conservadores de Granada, a *cisão do partido*, em 1893, foi apresentada pelo partido liberal que conseguiu a eleição do general *Santos Zalaya*, de Manágua. Este ficou no govêrno durante dezesseis anos (1893-1909), abrindo estradas, cuidando de instrução pública, estimulando a produção de café, mas multiplicando monopólios e desrespeitando interêsses de concessionários; emitiu muito papel-moeda desvalorizado e comprometeu a situação financeira do país. Seu govêrno foi autoritário e intolerante. Quando seguro de seu prestígio, depois da evacuação da “Reserva Mosquitia” pelos inglêses, Zalaya tentou reconstituir uma *união federal* da América Central na qual êle seria o líder; chegou mesmo a intervir nas repúblicas vizinhas e tornou-se suspeito ao México e aos Estados Unidos que, na *Conferência de 1907*, em Washington, criaram uma *Côrte de Justiça Central Americana* para a solução dos conflitos na região. Quando Zalaya tentou interessar o Japão na execução de um canal pela Nicarágua, caiu o seu crédito político no exterior e uma revolução “conservadora” promovida por Chamorro e Adolfo Diaz, “bem vista” em Washington, derrubou o ditador, que se retirou para o México (1909).

A restauração “Conservadora” que se deu, então, teve de enfrentar os credores estrangeiros com uma situação financeira alarmante. O govêrno apelou para os Estados Unidos que, enviando um *coletor de rendas americano*, iniciou a sua política de intervenção que durou vinte anos e foi chamada a “diplomacia do dólar” do imperialismo americano. Criticada na América Latina e também nos Estados Unidos, a presença de “marines” dos Estados Unidos, a atuação americana restaurou as finanças, protegeu os interêsses estrangeiros nas emprêsas, restabeleceu ordem nas eleições, de acôrdo com as instruções de Washington e criou uma força armada, a “Guardia Nacional”, ao mesmo tempo policial e militar.

Restauradas as finanças da República, os Estados Unidos cuidaram, em 1925, de retirar os seus "marines" deixando no governo um conservador de sua preferência, *Adolfo Diaz*. O conflito político, porém, logo recomeçou com a oposição liberal de Juan Sacasa, desta vez apoiado pelo México. Deu-se então nova intervenção naval, mas o presidente Coolidge enviou à Nicarágua *Henry Stimson* como mediador entre os partidos em conflito. O resultado foi a eleição de *José M. Moncada*, contra a qual se insurgiu o general *Sandino*, que, afinal, em 1934, concordou amigavelmente. As forças americanas se tinham definitivamente retirado em 1933.

#### 4 — A Questão do Canal

Durante êstes cem anos de vida independente, as elites dirigentes da Nicarágua nunca tinham perdido de vista a perspectiva de tirar proveito do canal que era objeto de vários projetos, além do de Luís Napoleão em sua prisão. Quando foi enunciada a Doutrina de Monroe, já havia um século que lenhadores ingleses exploravam pau-campeche e mogno na costa oriental de *Honduras* e nada levava a Grã-Bretanha a renunciar ao "uti-possidetis" da *Costa dos Mosquitos*. Em meados do século, porém, a questão de um possível canal, aberto na parte mais plana do istmo central-americano, não podia deixar de tentar as duas potências anglo-saxônicas, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Em 1848, quando no vale californiano do rio Sacramento foi descoberto ouro nas areias, foi o sinal de *grande "rush" para o Oeste* que já tinham alcançado os migrantes atravessando as Rochosas. Era urgente abrir um caminho nôvo, mais curto. A Inglaterra fazia valer os seus direitos de protetorado, na América Central, os Estados Unidos faziam valer as necessidades do trânsito. Daí resultou, em 1850, o *Tratado Clayton-Bulwer*, que registrava o compromisso de ambas as potências de não ocupar, não fortificar nem colonizar a América Central. O pacto libertava a Costa dos Mosquitos

na parte nicaragüense; nem por isso evacuaram os ingleses o litoral de *S. Juan del Norte*, o que só fizeram em 1893.

Para facilitar e encurtar a viagem dos prospectores, técnicos e trabalhadores para as minas de ouro da Califórnia, Cornelius Vanderbilt havia formado uma empresa de barcos e diligências que, subindo pelo rio S. Juan, atravessando o Lago Nicarágua e cortando 20 km de Serrinha, levavam ao pequeno porto de S. Juan del Sur, no Pacífico. Era esta empresa, a *Accessory Transit-Co* que um hábil flibusteiro, William Walker, conseguiu capturar para idêntico serviço. Aproveitando a rivalidade de Leon e Granada, colocou-se com seus poucos homens a serviço de Leon, atacou e tomou Granada e, por fim, proclamou-se presidente da Nicarágua, com a cumplicidade dos liberais de Leon. Por sua vez, Vanderbilt conseguiu levantar contra Walker as forças armadas de *Costa Rica*. Derrotado em 1857 fez nova tentativa, mas preso em Honduras foi fuzilado. Foi nesta época que as rivalidades granadino-leonesas cederam ao esporte de conciliação e escolhem a pequena cidade da Nicarágua como nova capital da República. Foi também o país dotado de nova *Constituição*.

Uma companhia americana havia obtido em 1855 o privilégio para a Panamá Railroad, de Colon a Panamá, mas uma empresa francesa, lançada por Ferdinand de Lesseps, iniciava, em 1886, os trabalhos de abertura de um canal em terra colombiana. A companhia francesa faliu e os americanos, que estavam pensando num canal pela Nicarágua, cogitaram então de comprar os direitos daquela empresa. O Senado de Washington se recusava a mudar os planos nicaragüenses. Por meio do serviço dos selos postais oficiais da Nicarágua, figurando vulcões, o engenheiro chefe francês assustou os Senadores com a perspectiva de desastres em terra nicaragüense e a autorização da compra do Panamá foi dada, ficando assim prejudicada a solução do Canal para a Nicarágua.

Mesmo depois de aberto o Canal de Panamá, os Estados Unidos não abriram mão do canal projetado e, em 1916, assinaram o *Tratado Bryan-Chamorro* que dava aos americanos a exclusividade do futuro canal, o aluguel das ilhas Corn e uma base na baía Fonseca. Estas cláusulas despertaram protestos em *Costa Rica*, que pretende ser o rio S. Juan parte de seu território e de *El Salvador*, que é participe na referida baía. A *Côrte de Justiça Central Americana* pronunciou-se contra o tratado Bryan-Chamorro. Em 1965, entretanto, o presidente Johnson declarou que a execução das obras do canal da Nicarágua estava em estudos, pois, representava um grande benefício econômico.

Entre os oficiais nicaragüenses que se destacaram ao lado dos "marines", por ocasião da última intervenção, estava o general *Anastacio Somoza*, que foi pôsto à frente da "Guardia" recém-criada. Com os acontecimentos de 1936, foi levado a desempenhar um importante papel político e chegou à presidência, cargo que ocupou por vinte anos (1937-1956).

Em política exterior, Anastacio Somoza sempre se manifestou indiscutivelmente em favor dos *Estados Unidos*. Para lá foi em 1939; com Roosevelt concluiu proveitosos acôrdos financeiros, decidiu a fundação de uma Academia Militar em Manágua e não deixou de tratar também do Canal de Nicarágua, lembrando a sua oportunidade e vantagem. Desde o início da Segunda Guerra Mundial, colocou-se ao lado dos Estados Unidos, entrando também no conflito depois de Pearl-Harbor. Os mercados europeus que a Nicarágua perdia (a Alemanha acabara de comprar sua safra de algodão) foram compensados pelo mercado americano. Foi mantida durante todo o conflito uma severa fiscalização das *manifestações pró-nazistas* e, em 1945, em hasta pública foram vendidos os *bens alemães* congelados no país.

Nem sempre foram muito cordiais as relações diplomáticas que o govêrno de Somoza manteve com as repúblicas vizinhas. Com *Honduras*, continuava a questão do contestado ao norte do rio Segóvia e do cabo Gracias a Diós. Em *Costa Rica*, *São Domingos* e *Honduras* residiram emigrados, exilados ou refugiados nicaragüenses que favoreceram a oposição, e mesmo organizavam guerrilhas. Foi assim que, além dos incidentes, chegou a atuar em território nicaragüense uma *Legião Caraibana*. O conflito tornou-se mais grave quando, depois de ter sido vítima de uma tentativa de assassinato, Somoza acusou o presidente de Costa Rica, Figueras, de cumplicidade no atentado. Correu para a fronteira à frente de suas tropas. A mediação de El Salvador falhou e coube aos Estados Unidos a intervenção pacificadora (julho de 1954) quando finalmente, em 1954, Anastacio Somoza foi assassinado, Eisenhower manifestou seu interêsse enviando cirurgiões que tentaram salvá-lo em operação realizada no Panamá; as manifestações de pesar que o presidente americano fêz em seguida foram injustamente criticadas na América Latina.

*Luis Somoza Debayle*, filho de Anastacio, foi designado pelo Congresso para completar o mandato de seu pai. Operou-se então uma gradual democratização do país, com abrandamento do poder autoritário, *liberdade de imprensa*, e maior atuação dos membros do gabinete ministerial. Voltaram para a Nicarágua muitos emigrados a fim de tomar parte na política. As novas *leis trabalhistas* não impediram distúrbios populares e manifestações anti-somozistas.

As eleições de 1963 levaram à presidência da república o Sr. *René Schick Gutierrez*, que havia desempenhado o cargo de ministro do Exterior no govêrno de Luis Somoza.

# A DISPUTA DE GIBRALTAR

THEREZINHA DE CASTRO  
Geógrafa do IBG

## 1 — A Importância de Gibraltar

Sabe-se que as mais antigas civilizações se estabeleceram nas imediações do Mediterrâneo, quando ainda praticavam incipientes navegações marítimas, limitadas à costa oriental deste mar. À medida que a arte náutica se desenvolvia esse espaço marítimo se alargava; os antigos conquistavam então o *Mediterrâneo ocidental*, onde ressaltou logo a importância de *Gibraltar*, que se tornou um dos centros de interesse da época. Explorado o estreito, este tornou-se o *ponto de contacto do tráfico leste-oeste*, unindo o Mediterrâneo ao Atlântico, onde os navegantes da antiguidade iam procurar estanho nas ilhas Cassiteritas (atual Inglaterra) e âmbar na Escandinávia. Todo interesse de então pelo *Monte Calpe* (nome antigo de Gibraltar) era econômico; no entanto, sua *importância estratégica* seria ressaltada ainda na antiguidade pelos cartagineses que, se apossando do rochedo, transformaram-no num ponto de espia a fim de observar as galeras romanas durante as guerras Púnicas.

De centro de importância econômica e, de certo modo, estratégica, Gibraltar transformar-se-ia num *centro de peregrinação religiosa*, durante a Idade Média. É que os visigodos convertidos ao cristianismo, não fugindo à atração que os montes exerciam entre as populações primitivas, construíram aí, depois de 568, a Igreja N. S. do Rochedo, também conhecida como Capela da Santa Europa.

Aos poucos, os *árabes* foram-se apoderando do norte da África em sua expansão religiosa. Em 711, o chefe mouro *Tarik*, com miras no continente

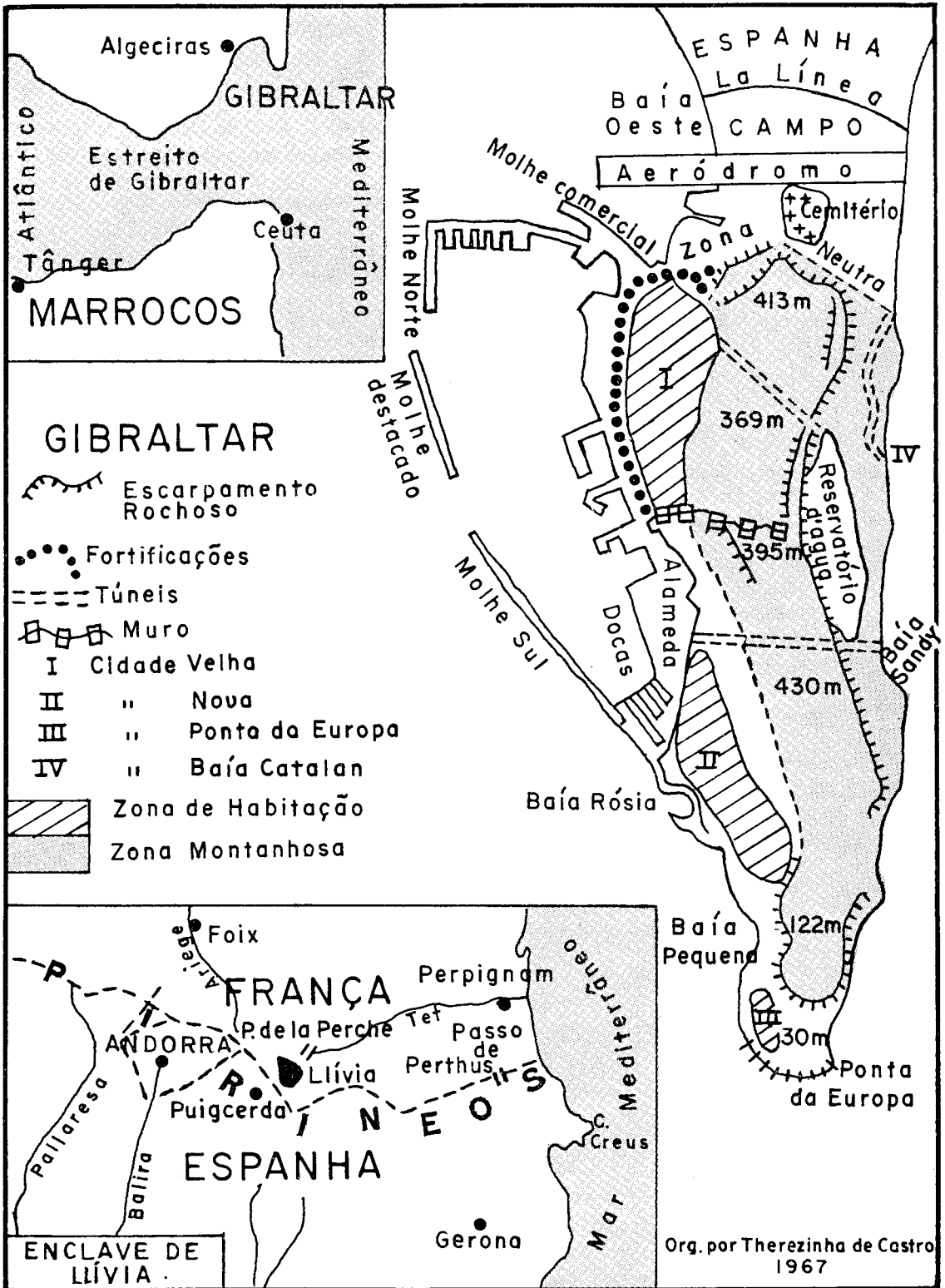
européu, decidiu-se atravessar o estreito escolhendo como ponto de apoio o Monte Calpe, que passou a ter o seu nome. Do árabe "*Djebel Tarik*", a deformação veio dar Gibraltar, nome que leva até hoje. Construindo aí uma fortaleza, os árabes dominariam Gibraltar durante 8 séculos, transformando-o num *ponto de agressão* que impedia o comércio cristão pelo Mediterrâneo; por outro lado, fizeram também de Gibraltar o *ponto de contacto* entre a Espanha muçulmana e África do Norte, também em seu poder. Da época árabe data, portanto, a fortaleza e a cidade de Gibraltar.

Uma luta secular efetuou-se entre cristãos e muçulmanos pela posse de Gibraltar; finalmente, a 20 de agosto de 1462 a cidade era definitivamente tomada pelos *espanhóis*. Mas a Espanha não soube dar a Gibraltar a importância que a época reclamava; a cidade fundada pelos árabes se despojava e a fortaleza se enfraquecia.

Já então Constantinopla havia caído em poder dos turcos otomanos (1493) e o comércio no Mediterrâneo decaía. Mesmo assim, Gênova e Veneza procuravam suprir a Europa das especiarias, enquanto a Espanha e Portugal se lançavam no Atlântico à procura de um novo caminho para as Índias. O Atlântico e seus mistérios levaram, portanto, a Espanha a não usar Gibraltar como ponto de apoio, a fim de impedir que povos do norte penetrassem no Mediterrâneo, mar até então reservado aos povos latinos.

Assim sendo, Henrique VII, que chegava ao trono da Inglaterra em 1485, aproveitando-se do interesse que o Atlântico exercia sobre os povos da península Ibérica e, ao mesmo tempo,





querendo ver-se livre da interdependência em que seu país se achava no intercâmbio com as cidades italianas, promulgou o 1.º ato de navegação, declarando que o comércio inglês só podia ser feito em navios ingleses.

A Inglaterra chegava ao Mediterrâneo enquanto os povos ibéricos descobriam a América. Para atingir seus objetivos, não hesitaram os ingleses em negociar com os próprios turcos estabelecidos em Constantinopla. Obtendo as Capitulações do Sultão em 1580, fundaram no ano seguinte a Companhia de Levante. Percebendo o perigo que a presença inglesa representava no Mediterrâneo, Felipe II da Espanha interditiou os portos espanhóis aos ingleses. Uma das razões da "Invencível Armada" contra a Inglaterra (1588) foi a de pôr fim à entrada da frota inglesa no Mediterrâneo. Mas, a Espanha, vencida na empresa, não conseguiu deter a influência sempre crescente da Inglaterra neste mar.

A partir do século XVII, já a Espanha estava em decadência como nação dominadora dos mares, enquanto a Holanda, França e Inglaterra tratavam de subtrair-lhe terras na América. Desejando constituir uma força maior que a da Inglaterra, os espanhóis tentaram unir as coroas da França e Espanha, entregando-a ao neto de Luiz XIV. A Inglaterra não hesitou e uniu-se à Holanda para, na chamada guerra de Sucessão na Espanha, pôr fim ao poderio franco-espanhol (1701). O *Tratado de Utrecht* (1713), que pôs fim à luta, mostrou que a Inglaterra havia-se apercebido da importância geopolítica de Gibraltar; daí ter exigido no seu artigo 10 a posse do rochedo estratégico.

## 2 — A Geopolítica de Gibraltar

Compreendera a Inglaterra que o estabelecimento de bases navais constituía um elemento importante em sua política expansionista. Para exercer o controle econômico dos mares, não lhe era suficiente ter muitos navios e sim cobrir vastos espaços marítimos, inteligentemente dispostos; só assim lhe

estariam garantidas as grandes rotas marítimas.

A posição estratégica de Gibraltar está em função de sua localização abrigada, na entrada do Mediterrâneo, valendo-lhe a qualificação de "porta marítima". A fim de defender tal posição, a política inglesa consistiu em interditar às grandes potências da época o controle dos territórios vizinhos a esse estreito; por isso preferiu reconhecer a soberania espanhola no Rif e a internacionalização de Tânger, visando a afastar uma possível e futura posição territorial da França no estreito de Gibraltar.

Assim sendo, diz Vicens Vives (*Tratado General de Geopolítica*): "a Inglaterra constituiu-se no caso mais característico da potência que perseguiu com perseverança obstinada o domínio da rota para o controle dos estreitos".

As bases, como escalas de trânsito, se constituem aos poucos, de acordo com as rotas geo-históricas imperantes. Assim, a Inglaterra, desejando assegurar sua rota mediterrânea, conquistou Gibraltar e prosseguiu através de Malta (1800)\*; a abertura do canal de Suez (1869) levou os ingleses a se instalarem em Chipre (1878), no Egito (1882), em Socotora (1886) e na Somália (1889).

Hoje a aviação ocupa o 1.º lugar como sistema mais rápido de transporte. Neste caso, adquiriram maior valor geopolítico os países mediterrâneos, ponto de cruzamento de linhas aéreas que servem a quatro continentes; isto, embora seja corrente a idéia de declínio político-econômico do Mediterrâneo. Nesta área, a península Ibérica é uma das mais privilegiadas como plataforma atlântica, africana e européia. Daí todo o empenho da Inglaterra em conservar sua posse sobre Gibraltar, que a Espanha não se conforma de haver perdido.

## 3 — A Luta pela Posse de Gibraltar

A Espanha não abandona as esperanças de reaver Gibraltar, enclave in-

\* Vide caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia XXIX — n.º 1.

glêsa em seu território; daí as crises periódicas que envolvem os dois governos.

Em 1954, quando a rainha Elizabeth em viagem por terras inglesas visitou Gibraltar, provocou grande onda de protestos na Espanha. Daí, graças à interferência da Bulgária e Cambodjia, ter a ONU, através de uma moção, solicitado que a Inglaterra e Espanha procurassem *uma solução pacífica para o problema*. Desde então, vários encontros entre representantes das duas nações têm-se efetuado, embora sem se chegar a um acôrdo.

Nas conversações realizadas entre *Michael Steward*, ministro inglês das Relações Exteriores e o representante espanhol *Fernando Maria Castiella*, realizadas a 18 de maio de 1966, chegou-se à conclusão de que é possível um entendimento bilateral. O governo inglês propôs então à Espanha, que nomeasse um Comissário espanhol com residência em Gibraltar, a fim de que *ambos os países usassem conjuntamente a base militar*; o governo espanhol não aceitou, pois exige uma solução definitiva — a rescisão do que chamam “o anacrônico tratado de Utrecht”.

A Espanha escuda-se na *resolução 1514 da XV Assembléia Geral da ONU*, de 14 de dezembro de 1960, que, entre outras coisas, considera que toda a situação colonial que destrua, total ou parcialmente, a unidade nacional e a integridade de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. Por outro lado, conta também com as *três delegações latino-americanas* que fazem parte do Comitê dos Vinte e Quatro — Venezuela, Chile e Uruguai, pois o princípio da integridade nacional é a tônica na América. Conta também a Espanha com o apoio das *13 delegações que integram o mundo árabe*, já que estas decidiram por unanimidade, no dia 22 de agosto de 1967, apoiar a posição espanhola em Gibraltar.

O plebiscito realizado a 10 de setembro de 1967 não teve a aprovação da Espanha, que se negou a enviar um observador a Gibraltar, como também

não participou da campanha eleitoral. Mesmo assim, 12.762 gibraltenhos inscritos no censo eleitoral foram convocados para decidirem, nas urnas, se aceitavam a soberania espanhola ou desejavam manter o vínculo com a Inglaterra. Chegou-se a um resultado, no qual 12.138 eleitores se decidiram pró-Inglaterra; seguiram-se 525 abstenções, 55 votos anulados e 44 votantes se decidindo pela união com a Espanha.

O Ministro de Gibraltar, *Joshua Hassan*, qualificou o pleito como a primeira oportunidade que a colônia teve de se expressar livre e democraticamente sobre seus interesses; afirmou, também, que embora os gibraltenhos, por sua língua e origem mediterrânea, tenham grande afinidade com o povo espanhol, pretendem viver harmônicamente com a Inglaterra, mantendo sua personalidade jurídica.

O governo espanhol contesta, dizendo que os 27.000 habitantes de Gibraltar são em sua maioria de ascendência britânica e que a população natural da região são os *espanhóis de Campo*; estes são os descendentes das famílias expulsas de Gibraltar em 1719 e que por isso não votaram.

Enquanto a Espanha luta por sua integridade nacional, a Inglaterra defende seus interesses no Comitê Especial da ONU, formulando a acusação de que o mapa da Europa apresenta outros casos semelhantes a Gibraltar. Detém-se a defesa inglesa na *enclave de Llívia* \*, pertencente à própria Espanha dentro do território francês (*vide* encarte).

\* A guerra dos Trinta Anos terminou com os Tratados Westfália (1648) que a Espanha não ratificou, daí ter continuado a lutar com a França. Esta só terminou com a assinatura do Tratado dos Pirineus (1659) no qual a Espanha vencida teve que ceder as aldeias da Cerdânia aos franceses. Continuaram, porém, os espanhóis na posse de Llívia, já que esta não era aldeia, palavra citada no tratado, e sim, cidade. Daí a existência desta enclave espanhola em território hoje francês, a 4 km da fronteira. Essa enclave tem 12 km<sup>2</sup> (o dobro, portanto, de Gibraltar) sendo ocupada por cerca de 1.000 habitantes. Foi capital da Cerdânia romana e chamou-se Llívia em homenagem à esposa de Júlio Cesar.

Se os dois países interessados não chegarem a um acôrdo, *Gibraltar poderá ficar futuramente ãhada*. Isto porque a Espanha já ameaçou proibir que cêrca de 6.000 trabalhadores ativos espanhóis cruzem a fronteira diariamente a fim de manter a atual economia da colônia inglêsa. Se a Espanha tomar realmente esta atitude, a Inglaterra terá que recrutar trabalhadores malteses e marroquinos para substituírem os espanhóis em caráter mais ou menos permanente; neste caso a composição da *população gibraltenha começará a apresentar características de artificialidade*, tantas vêzes alegada pelos espanhóis.

#### 4 — Problemas Gerais

Com seus 6 km<sup>2</sup> de área, Gibraltar constitui-se *econômicamente* num pêso morto para a Inglaterra. Sua *balança exterior é deficitária*. Desprovida de recursos naturais, apenas 2% de sua população podem trabalhar no *setor agrícola* em cultura de subsistência.

Uma *tentativa industrial* foi iniciada em 1943 com a instalação de uma fábrica de massas alimentícias com a farinha importada da Inglaterra e máquinas da Itália; ultrapassando a capacidade de absorção local, êsse produto passou a ser exportado para o Marrocos principalmente. Outra fábrica de papel, aberta em 1951 funciona com matérias-primas importadas do Canadá e península Escandinava. Apenas uma fábrica de peixes em conserva pôde funcionar em Gibraltar com a própria matéria-prima, pescada na costa oeste do rochedo; no entanto, a embalagem tem que ser importada da

Espanha e Inglaterra. O *setor industrial* emprega 31% da população, de um modo geral flutuante, pois se compõe de espanhóis, (las palomas) que munidos de sua carta de trabalho retornam tôdas as tardes para a Espanha. O restante, 67% da população, vive do comércio, profissões liberais ou nas funções públicas.

O pôrto de Gibraltar abrange parte da *baía de Algeciras*; o govêrno do general Franco proibiu vôos de aviões da OTAN sôbre território espanhol. Em janeiro de 1967 um avião estadunidense da OTAN caiu nesta região, onde perdeu uma bomba atômica, levando o govêrno espanhol a protestar. A Inglaterra, que se utiliza de Gibraltar como base da OTAN, teve que reconhecer, embora extra-oficialmente que os espanhóis estavam com a razão.

Gibraltar é hoje um *complexo militar e comercial*. Sob o ponto de vista militar, é mais importante na atualidade como base aérea, pois com a técnica naval atual (submarinos e armas poderosas das frotas de superfície) não consegue mais fechar os 25 km do estreito que a separam de Ceuta no norte da África. Sob o ponto de vista comercial, depende para seu abastecimento de países distantes, pois na Espanha, por hostilidade, não podem conseguir muita coisa. Assim, a carne e a manteiga estão sendo enviadas pela Nova Zelândia; o queijo da Holanda; bebidas da Inglaterra; tecidos, viaturas, máquinas, aparelhos eletro-domésticos e objetos de primeira necessidade da Alemanha Federal. Nestas condições, a posse de Gibraltar pela Inglaterra, lhe está custando muito caro.

# “ZUID-WES AFRIKA”

DELGADO DE CARVALHO

## 1 — Condições Geográficas

Na África Austral, sob a latitude de nossos Estados Sulistas e, como êles, cortado pelo trópico de *Capricórnio*, situa-se o denominado *Sudeste Africano*. Do mesmo modo que na parte ocidental dos Continentes, na Austrália Ocidental e na América do Sul Ocidental, recebe a África do Sul Ocidental uma corrente fria: no nosso Continente é a *Corrente de Humboldt*; na África, é a *Corrente de Bengala*. Daí a semelhança dêstes Continentes, de apresentarem faixas desérticas ao longo das correntes frias, na Costa Ocidental Australiana semi-árida (ao norte de Perth), na costa Sul-Americana (deserto de Atacama) e na costa do Sudoeste Africano, onde se localiza o deserto de Namib.

O aspecto geral da região, cuja área mede exatamente a dos nossos quatro Estados do sul (825 mil km<sup>2</sup>), apresenta essencialmente um extenso planalto, onde numerosos pontos alcançam 2 mil metros de altitude (Brand, Omatako, Auas, Erongo, Karras, Aar e outros); a própria capital Windhec ou Windhoek (ponta de vento) está a 1.660 metros. Êste planalto é mais elevado na sua parte oeste e se estende entre os rios *Cunene* e *Orange*. Ê orlado pela faixa desértica do Namib, de 600 km de extensão N-S e, por vèzes, de cem quilômetros de largura. Na parte mais montanhosa do planalto, que a linha tropical corta, situa-se um centro de dispersão das águas, em tôdas as direções: são, porém, rios não-perenes, que se perdem nas areias, nas estepe de gramíneas ou nas caatingas. Para o sul, alguns alcançam o rio Orange; para leste, vão desaparecer nas areias de *Kalahari* ou nos pântanos do *lago Ngami*, na Bechuanaland; para o

norte, o *lago Etocha* recolhe ocasionalmente algumas águas.

O *contraste climático* entre as duas margens do Atlântico pode ser observado comparando as temperaturas e as chuvas do *Swakopmund* e do Rio de Janeiro, que estão sob a mesma latitude. A média do mês mais frio é de 19° no Rio e de 12,7° na África; ao nosso mês mais quente, de 25,5°, corresponde em *Swakopmund* 17,4° C. Recebemos mais de um metro de chuva, enquanto a África, sob o *Capricórnio*, recebe 20 mm em *Swakopmund* e 23 mm em *Luderitz*. Já em *Windhoek*, o mês mais frio registra 13,5 e o mais quente 23,5, com 375 mm de chuvas. As condições térmicas desta capital africana lembram as de São Paulo, embora situada em uma altitude dupla (1.663 m). O contraste é marcado, porém, nas chuvas. Resultam tais condições do constante vento do sudoeste, que é frio e sêco, devido à *Corrente de Bengala*.

## 2 — As Sociedades Indígenas

Em 1960 a população dêste vasto território africano era de mais de meio milhão (526.000 h), dos quais apenas 73 mil eram brancos. No distrito da capital, são diferentes as proporções, sendo 25 mil brancos, 20 mil *bantus* e 3 mil *mestiços*. A proporção de mestiçagem é reduzida. As principais etnias indígenas são os *Ovambos*, os *Hereros*, os *Hotentotes* e os *Boquimanos*. São tôdas de origem bantu ou têm com os bantus ligações étnicas ou culturais, mas apresentam características sociais diferentes; existem também subgrupos, tidos como classes mais mestiçadas com elementos brancos, ditas *Bas-tardos* e *Namas*.

Primitivamente habitavam os Boquimanos tôda a parte sudoeste do Continente. Eram, e ainda são, caçadores e colhedores de frutas. De estatura baixa, de côr azeitona, seu tipo facial é nariz largo, olhos pequenos e ligeiramente oblíquos. Sua organização familiar é patrilineal e a chefia pertence aos velhos. Adoradores da Lua, os grupos familiares se dispersam na estação sêca, para se reunir na estação chuvosa. Os Boquimanos são bons preparadores de venenos para a sua defesa contra grupos hostis. Há seis ou sete séculos, foram repelidos das regiões que ocupavam pelos *Hotentotes*. Constituíam êstes um povo nômade de pastôres, provenientes do Nordeste Africano; às matas e serras dos Boquimanos preferem os *Hotentotes* as planícies e as estepes. Vivem em comunidades bem constituídas, por vêzes formando clãs perversos e temidos dos seus vizinhos. Em geral são pacíficos e mesmo apáticos, mas são inimigos dos Boquimanos, que lhes roubam o gado. Possuem línguas como o *nama* e o *kora*, notavelmente regulares e ricas. Em religião, têm um nome para o Ente Supremo, recorrem a feiticeiros, constroem barracas itinerárias. No século XVIII, foram recalçados pelos *Ovambos* e pelos *Hereros*, aos quais conseguiram se opor sob a liderança de um chefe, Jonker, o Africano, que os organizou e equipou. No fim do século passado, os *Hereros* os repeliram para o Sul.

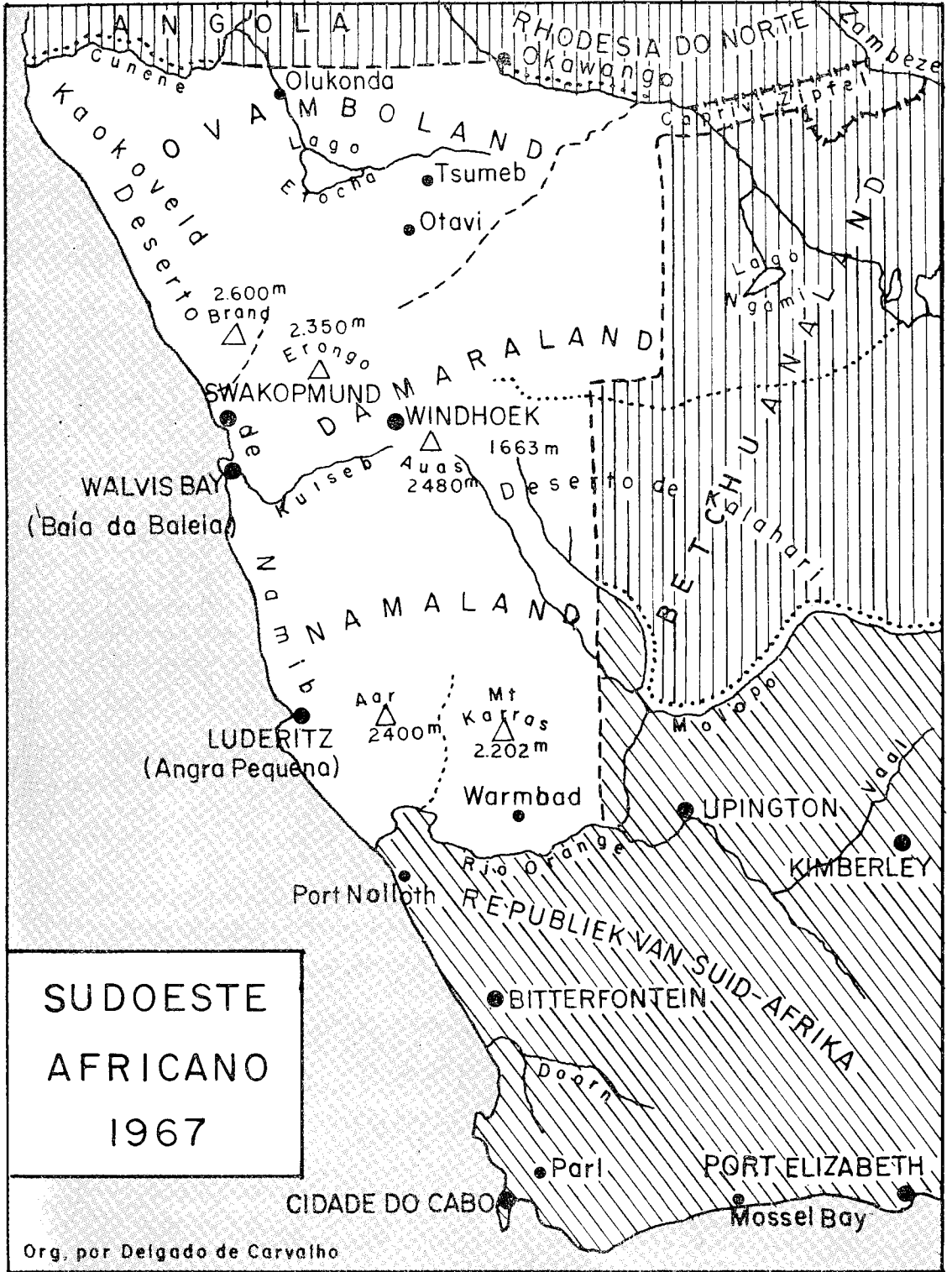
Êstes últimos são grandes criadores e agricultores, vivem em grupos familiares dispersos no território tribal. Para as práticas religiosas seguem a descendência patriarcal, mas para a vida econômica, seguem a matriarcal. O culto dos antepassados é mantido com o fogo sagrado na cabana. Dos bantus do Sudoeste Africano, são os *Hereros* que mais contacto têm com o distrito central entre Windhoek e Swakopmund. No fim do século passado, deu-se uma revolta dos *Hereros* contra o domínio alemão; em 1904, uma revolta, mais sêria, determinou por parte das autoridades coloniais uma

severíssima repressão, que a imprensa européia censurou. Sob o govêrno da União Sul-Africana foram criadas *reservas* para os *Hereros*, cuja organização tribal os alemães tinham abolido.

### 3 — Perspectivas Econômicas

Neste elevado planalto, que se estende de Norte a Sul, entre dcis desertos, o Namib e o Kalahari, a grande deficiência de chuvas torna impraticável a *lavoura* em maior escala, qualquer que seja a qualidade de seus solos. É um território destinado à *criação de gado*. É no distrito central que se concentra a maioria de gado vacum; quanto ao gado de pequeno porte, bovino, caprino e suíno, é distribuído pelos distritos do Namaland. Em 1964, eram 2 milhões e 388 mil as cabeças de gado vacum, e mais de cinco e meio milhões as demais cabeças. É cuidado o melhoramento das raças e da produção, e vai crescendo a exportação de *manteiga* e de *queijo*. Um produto de criação que se vai tornando importante é a pele de carneiro *Karakul*. Em regra, é para a república Sul-Africana que se destinam estas exportações. Atualmente é *Walvis Bay* (antigamente *Walfish Bay*-baía da Baleia), ligado por via férrea aos principais distritos, que predomina no comércio exterior.

De maior importância, talvez, para a República da África do Sul, são as perspectivas econômicas que se abrem para a exploração mineira do Sudoeste, sob seu domínio político. Em 1908, ao longo da costa desértica, ao sul de Luderitz, foram descobertas importantes jazidas de *diamantes*. Modificou-se, assim, sensivelmente, o aspecto que apresenta, para os seus ocupantes, êste território de economia agrária tão desanimadora. No setor norte já são explorados depósitos de *cobre*, de *chumbo*, de *zinco*, de *estanho*, que alimentam poderosa exportação. Atualmente, ainda predomina no comércio exterior a saída de diamantes (1.527.000 carats em 1966, num valor de 30 milhões de libras). Existem também jazidas de



**SUDOESTE  
AFRICANO  
1967**

Org. por Delgado de Carvalho

DCL/SPI

ouro, de tungstênio, de vanádio, a explorar. Tsumeb, no extremo norte, é centro de mineração de cobre e de chumbo.

A indústria é ainda quase inexistente; a não ser a preparação de lã, de couro e as *pescarias*, pouco pode ser mencionado. Por isso, durante muito tempo, a aquisição do Sudoeste pareceu ser mais um encargo do que um proveito. Não há dúvida que, sob o ponto de vista estratégico, o território revelou-se constituir, no período de entre-guerras, um foco de preparação e de células nazistas, que a União descobriu em 1936.

A mão-de-obra é principalmente indígena e se acha distribuída pelo território todo, mas existem cerca de 300 mil indígenas localizados em “reservas”, que são quatro no norte: Kaotuveld, Ovamboland, Okavango e Caprivi. Nestes distritos são poucos os estabelecimentos de brancos e a administração é entregue aos chefes.

O plano Odendaal de 1964 recomendou a formação de *bantustans* no território, isto é, a concessão de autonomia administrativa, judiciária e legislativa, limitada a determinadas comunidades indígenas negras.

#### 4 — Histórico da Colonização

Ultrapassando 20°50' de latitude Sul, que em 1482 tinha alcançado Diogo Cão, em fins de 1487 as suas caravelas e o transporte de *Bartolomeu Dias* descobriam a baía, que foi então chamada *Angra Pequena*, na vizinhança da linha tropical. Foi este episódio da histórica viagem que, a mando de D. João II, faziam os descobridores do Cabo das Tormentas, acontecimento destinado a transformar as condições da civilização européia. Viajantes notaram naquelas paragens numerosos rebanhos que os Hereros criavam. Somente em 1792 ocuparam os holandeses a baía da Baleia (*Walvis Bay*), que se tornou o melhor porto do Sudoeste Africano, passando a centralizar a pesca, suas indústrias, e a pesca baleeira.

No princípio do século XIX, foi mandada ao território sudoeste, por uma *sociedade missionária de Londres*, uma missão de padres alemães que se fixaram na Namaland. Em 1828, um navegante americano, B. Morrell, explorando o litoral, descobriu pequenas ilhas costeiras que tinham *depósitos de guano*: o fato levou a Inglaterra a explorar-las e a anexá-las, em 1861-67. *Bismarck*, inicialmente pouco favorável a tentativas coloniais, lembrou-se, entretanto, de perguntar ao governo britânico se estava em condições de proteger os interesses de súditos alemães. O governo de Londres não se responsabilizava porque, “sem mais precisas informações sobre a situação exata das fábricas de Luderitz, era impossível ao governo britânico dizer se podia assegurar esta proteção, caso fosse solicitada” (Nota inglesa de 23 de fevereiro de 1883).

Um rico negociante de Bremen, *F. A. Luderitz*, já tinha, em 1876, lembrado a *Bismarck* a oportunidade de uma colônia alemã no Transvaal, obtendo do Chanceler a resposta de não querer “embarcar em colonização sem preparação adequada e definido impulso da próspera nação”. Em 1883-84, entretanto, dirigiu-se confidencialmente a *Luderitz*, e a sua nota ao governo de Londres era exatamente uma prudente consulta sobre a oportunidade de “embarcar”. Depois da resposta evasiva, *Bismarck* atendeu ao pedido de proteção à “bandeira do Império alemão”, formulado por *Luderitz*, que se tinha apoderado do porto de *Angra Pequena e seu distrito*. A Inglaterra se limitava a *Walvis Bay* e às *ilhotas em frente a Angra Pequena*, mas a imprensa alemã teve então um aceno de anglofobia, com fortes ataques a Gladstone. O esperado “impulso definido da própria nação” apoiava *Bismarck* na aquisição da primeira colônia alemã: a declaração de 24 de abril de 1884 proclamava a proteção imperial aos distritos visados por *Luderitz*, isto é, a todo o Sudoeste ao norte do rio Orange (fora *Walvis Bay* e as ilhas do Guano).



Aos poucos foram os alemães da *Deutsche Kolonial Gesellschaft* penetrando pelo interior, indo instalar a sua capital no ex-quartel general de Jonker Africano, ao qual coube o nome de Windhoek.

Durante os trinta anos em que ficou o território do *Sudoeste Alemão* sob o domínio germânico, a política colonial de Berlim apresentou duas fases. Na primeira fase, a colonização foi entregue a companhias coloniais às quais fazia o governo grandes concessões, sem levar em consideração os direitos dos indígenas. Esta política foi prejudicial e levou às revoltas dos nativos, principalmente os Hereros, mais lesados com a usurpação de 30% de suas terras de criação. Estas revoltas determinaram a famosa repressão de 1904. Na segunda fase, o governo alemão tomou a si a administração da colônia, e um *movimento social-democrata* no Reichstag levou a entrega dos negócios ao secretário do Estado, Dernburg, em 1907. Uma lei colonial de 1910 veio restringir a venda de terras às “terras da Coroa”, e garantir os indígenas nas suas propriedades. Foi sob esta administração que a exploração econômica do território passou a ser racional e proveitosa, depois das descobertas de 1908.

Ao iniciar a *Primeira Guerra Mundial*, as forças coloniais alemãs invadiram o território da União Sul-Africana, mas o General Botha as levou à capitulação e o governo do Cabo ficou incumbido da administração da colônia conquistada, até a *Liga das Nações* determinar qual o mandato que ia caber à União, no governo do Sudoeste.

## 5 — Mandato, Tutela ou Integração

A partir de 1.º de janeiro de 1921, o ex-sudoeste alemão foi colocado sob o Mandato da classe C, em virtude do qual a administração e a legislação do território eram integralmente atribuídas ao governo da União. Justificavam esta classe C, a “fraca densidade de-

mográfica”, o “afastamento dos centros civilizados”, a “contigüidade territorial do mandatário” e os “interesses dos indígenas”, argumentos invocados no Artigo 22, § 6, do *Pacto da Liga*. Na realidade, os Aliados, tendo abolido solenemente a política de anexação, recorreram a um compromisso que a disfarçava. “Os Mandatos C — dizia o líder Sul-Africano Smuts, em 1932 — não são efetivamente muito diferentes da anexação”. Tanto mais, que a Liga previa para os Mandatos A e B *autonomia e independência* em tempo oportuno, mas nada previa a este respeito para os Mandatos C.

Quando, em 1946, desapareceu a *Liga das Nações*, o governo da África do Sul foi de parecer que havia terminado qualquer supervisão do extinto mandato C, e não existia qualquer jurisdição obrigatória das *Nações Unidas*, substituta da Liga. Começaram, então, os longos debates que ainda hoje, após mais de vinte anos, não chegaram a um estatuto definitivo. Sem reconhecer o caso do Sudoeste como *classe de Tutela* (nova forma de Mandato), o governo do Cabo aceitou apresentar relatórios à *Assembléia Geral* das Nações Unidas, mas a título de “informação” e não por obrigação legal, pois os mandatários da Liga já não existiam mais. Quando os pareceres na Assembléia começaram a se tornar mais críticos e agressivos, a respeito do tratamento dos indígenas e principalmente das aplicações do sistema de *apartheid* no Sudoeste, o governo do Cabo deixou de enviar seus relatórios à Assembléia.

Em 1949, uma lei sul-africana havia estabelecido a representação dos habitantes “europeus” do território no Parlamento do Cabo: seis deputados (hoje 18) e dois senadores. Em 1954, os negócios indígenas eram transferidos para o Ministério da União, chamado “*Native Affairs*”, e as reservas indígenas passaram a ser dirigidas pelo “*Native Trust*”.

Em 1960, a questão do Sudoeste Africano foi discutida na *Conferência de Adis-Abeba* ficando decidido que a

Etiópia e a Libéria, ex-membros da Liga das Nações, se incumbiriam de agir na Assembléia das Nações Unidas, onde receberiam o apoio de todos os Estados Africanos independentes. Havia, de fato, no Pacto da Liga, um dispositivo, o artigo 7, que permitia levar à *Côrte Internacional de Justiça* os litígios surgidos entre membros daquela Liga. Assim, recorreram a Etiópia e a Libéria, intérpretes do pensamento indígena, àquela *Côrte de Justiça* que, por 8 votos contra 7, julgou-se competente para dar uma “opinião-consulta” (Advisory Opinion) sobre o caso, embora o governo do Cabo lhe negasse a competência de pronunciar sentença a êste respeito.

Esta opinião-consulta declarou que o *mandato* da Liga ainda vigorava, nos termos de 1920, que as *obrigações da União* continuavam idênticas, que o *sistema de Tutela* das Nações Unidas podia ser aplicado, sem ter a União obrigação de aceitá-lo, mas que o sistema podia ser modificado com o *consentimento* das Nações Unidas. O governo do Cabo, entretanto, aceitou o litígio, que durou quatro anos, apesar destes argumentos, que o condenavam.

Os quatorze juizes da *Côrte Internacional* tomaram conhecimento de um abundante material que continha treze volumes e de toda uma filosofia sobre *apartheismo* como forma de discriminação racial, incompatível com os termos do Mandato. A defesa da União Sul-Africana consistiu, principalmente, nas seguintes ponderações: 1.º — não havia mais um mandato em causa; 2.º — os requerentes não eram mais

membros da Liga, que não mais existia; 3.º — não havia litígio algum, pois não havia matéria legal para os requerentes; 4.º — nem mesmo negociações preliminares haviam sido entabuladas com a União.

A decisão da *Côrte Internacional* foi publicada no verão de 1966 e constituiu uma surpresa para o mundo inteiro. Os juizes, por 8 votos contra 7 (pois o presidente teve de desempatar), declaravam que o sistema de mandatos não atribuíra “direitos legais e interesses” a membros da Liga para citar a conduta de um mandatário como oposta aos “interesses especiais” dos membros da Liga. Julgaram, também, que a União Sul-Africana estava isenta de qualquer sanção judicial em relação à aplicação do sistema do *apartheid*, e que nenhum Estado estrangeiro tinha maior direito legal ou interesse na conduta do mandatário do que êle próprio. A sentença de 1966 era, pois, exatamente o contrário do que havia sido a de 1962; entretanto nada de novo havia se dado para alterar a situação. O *New York Times* explicou que “a morte, a moléstia e a inabilitação” haviam sido causas desta modificação.

Diz o conselheiro Keith Highet: “É quase inevitável que a sentença e suas conseqüências venham a ter repercussão profunda no futuro de toda a África do Sul, região onde os destinos de diversos governos de Estados menores se entrelaçam efetivamente, criando um problema da África Meridional, que apresenta dificuldades acumuladas, maiores do que a soma de suas partes”.